

A inclusão do surdo no ensino superior: desafios encontrados na sala de aula

/

The inclusion of the deaf in higher education: challenges found in the classroom

DOI:10.34117/bjdv5n12-385

Recebimento dos originais: 07/11/2019

Aceitação para publicação: 02/01/2020

Débora Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

debora.ped7@gmail.com

Ana Maria de Paula Cordeiro

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

anaspcordeiro@hotmail.com

Rosiane Ribas de Souza Eler

Universidade Federal de Rondônia – UNIR

rosiane.ribas@unir.br

RESUMO

A discussão sobre inclusão dos surdos nas escolas vem crescendo a cada ano, visto que há uma extrema emergência de adaptações nas estruturas físicas e sociais das instituições de ensino. O principal objetivo do presente artigo é esclarecer de forma mais coerente a situação do ingresso do surdo no nível superior de ensino, abrangendo os motivos do fracasso escolar, como acontece a relação entre aluno e professor, como tem sido a formação dos docentes e como as unidades de ensino têm se movimentado para ofertar uma educação bilingue. Vale ressaltar a importância das leis que asseguram o direito a educação de qualidade aos surdos. Os métodos para se adquirir informações a respeito do assunto serão por meio da pesquisa bibliográfica e relatos de experiência. A presente pesquisa objetiva evidenciar a verdadeira sala de aula no cotidiano, demonstrando quão perto ou o quão longe se está da inclusão do surdo e a inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nos sistemas educacionais. Por meio de um grupo de alunos universitários incluindo surdos, foi desenvolvido, um filme curta metragem, como produto do presente estudo.

Palavras-chave: Inclusão. Surdo. LIBRAS.

ABSTRACT

The discussion about the inclusion of deaf people in schools has been growing every year, as there is an extreme emergence of adaptations in the physical and social structures of educational institutions. The main objective of this article is to clarify more coherently the situation of deaf entry in higher education, covering the reasons for school failure, how the relationship between student and teacher, how has been the formation of teachers and how teaching units have been moving to offer bilingual education. It is worth mentioning the importance of laws that assure the right to deaf quality education. The methods to acquire information about the subject will be through bibliographic research and experience reports. This research aims to highlight the true classroom in everyday life, demonstrating how close or how far it is from the inclusion of the deaf and the insertion of the Brazilian Sign Language (LIBRAS) in educational systems. Through a group of university students including deaf people, a short film was developed as a product of the present study.

Keywords: Inclusion. Deaf. LIBRAS.

1 INTRODUÇÃO

É de fundamental importância o estudo sobre a inserção do surdo na educação básica até o nível superior, visto que os surdos há alguns anos deixaram de frequentar escolas segregadoras e passaram a frequentar escolas inclusivas, onde se reúnem alunos surdos e ouvintes, com toda mudança no sistema de educação e nas políticas de inclusão, um fluxo razoável de surdos começam a ingressar nas universidades.

A educação inclusiva é um tema novo, principalmente em relação a língua de sinais que foi oficializada em Lei Federal somente no ano de 2002 através da Lei 10.436/2002 e pelo Decreto 5.626/2015 que regulamentou a referida lei. Os surdos em sua maioria usam a LIBRAS em contrapartida à população ouvinte que não tem domínio dessa língua, bem como não tem conhecimento das especificidades linguísticas dos surdos. Na inclusão dos sujeitos surdos no ambiente da universidade não tem sido diferente o desconhecimento sobre esses sujeitos. A partir de 2005, a disciplina de LIBRAS tornou-se obrigatória nos cursos de licenciatura através do decreto citado anteriormente. O que mais tem sido pontuado atualmente é como tem sido essa inclusão no cotidiano das estruturas educacionais.

Ao longo do artigo será apresentado aspectos de uma educação bilíngue que possa incluir de uma forma mais efetiva os surdos. Será apresentado se há alguma relação do fracasso escolar do surdo e a falta de estratégias de inclusão, e como têm sido desenvolvidas a relação entre aluno e professor. Por meio de um grupo de universitários incluindo surdos e ouvintes foi desenvolvido um produto, um filme de curta metragem, que ao longo da pesquisa será relatado mais detalhadamente para a compreensão do assunto.

2. TEORIA E PRODUÇÃO

2.1 O SURDO E O ENSINO SUPERIOR

O aluno surdo, antes de ser inserido no contexto universitário, carrega consigo um contexto histórico que muito provavelmente influenciará seu percurso no ensino superior, é preciso levar em consideração se o aluno teve algum contato com a educação bilíngue, se ele é adepto da LIBRAS, se é oralizado ou se apenas faz uso da mímica, como que a família se comunica no cotidiano. Esse quadro exploratório é imprescindível para saber como iniciar o processo de inclusão. É importante mencionar que uma das maiores barreiras que o surdo e os ouvintes enfrentam juntos é a comunicação.

Na trajetória que se tem acompanhado, a UNIR é citada como exemplo, o campus de Ji-Paraná, que no ano de 2018, recebeu em suas matrículas da turma noturna de pedagogia dois

acadêmicos surdos, um que é usuário de LIBRAS e outro que é oralizado e que tem pouco conhecimento de LIBRAS. Entre as disciplinas do primeiro semestre contemplava a disciplina LIBRAS, que ajudou a diminuir a barreira de comunicação, abrindo caminhos para um novo mundo que até então era desconhecido pela maioria dos acadêmicos, a partir dessa primeira ação de inclusão que pode ser considerada inicial, muitos alunos se conscientizaram e buscaram outros cursos de LIBRAS. A UNIR disponibilizou curso de LIBRAS básico através de projeto de extensão, encontro através do Projeto Café Pedagógico com todos os docentes do *Campus* de Ji-Paraná para se discutir a inclusão dos acadêmicos com deficiência, nesta ocasião esteve presente um professor cego e um professor surdo para exporem suas experiências aos docentes, também foi realizado o Congresso do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos do Rio de Janeiro) em parceria com o Campus de Ji-Paraná da Unir, nesse evento aconteceram palestras e minicursos com temas voltados exclusivamente para educação inclusiva, sendo aberto para toda a comunidade. Provendo assim, uma série de ações a respeito do assunto.

A forma mais rápida de comunicação entre o surdo e o ouvinte é o TILS (Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais), na Unir é garantido esse profissional, mesmo que de forma não suficiente, pois devido a demanda de alunos é necessário que se contrate um número maior de profissionais para dar suporte de acessibilidade linguística para o surdo. É corriqueiro acontecer de haver apenas um intérprete na sala de aula e o mesmo interpretar um turno inteiro sem poder ao menos suprir suas necessidades fisiológicas, como por exemplo beber água ou ir ao banheiro. A atuação desse profissional requer um esforço mental, pois para fazer as trocas linguísticas da língua portuguesa que tem a modalidade oral auditiva para a língua de sinais que é espaço visual, requer uma concentração e esforço mental. A partir de uma média de 30 minutos de interpretação, esse profissional precisa de revezamento para que haja uma qualidade na interpretação, o que muitas vezes não acontece.

2.2 LEIS QUE AMPARAM OS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR

A partir da lei 10.436/2002, a comunidade surda do Brasil teve um amparo nas políticas públicas pois através dessa lei iniciou a obrigatoriedade da disciplina de libras nos cursos de licenciatura e formação de professores, a presença do intérprete. Desde a LDB de 1996, já se iniciou as diretrizes para o atendimento desse público, o governo federal enviou através do Aviso Circular Nº 277/MEC/GM algumas orientações de como as universidades deveriam se organizar para dar acessibilidade às pessoas com deficiência no ensino superior.

O Ministério da Educação nos anos seguintes começou a desenvolver ações com intuito de estabelecer novas perspectivas e direcionamentos para a inclusão dos acadêmicos com deficiência. Com o surdo em 2002 tem-se o reconhecimento da Língua de Sinais através da Lei de Libras citada anteriormente, o Decreto 5.626/05 que regulamenta a Lei de 2002 e assim o direito a acessibilidade

linguística do surdo vai sendo assegurado, de acordo com o Documento Orientador do Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior diz:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2013, p. 8).

Gradativamente os surdos estão ingressando no ensino superior, como resultado do reconhecimento da Libras no território brasileiro como língua oficial da comunidade surda. A lei é considerada como nova, mas que já tem tido resultados positivos na inclusão dos surdos na sociedade de modo geral.

A acessibilidade é garantida por lei e se remete tanto a instituições públicas quanto às instituições privadas, no sistema educacional público no ano 2005 foi criado o programa Incluir, o Documento Orientador diz:

O Programa Incluir - acessibilidade na educação superior foi implementado até 2011, por meio de Chamadas Públicas, realizadas pela SEESP e SESU, por meio das quais, as IFES apresentaram projetos de criação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade, visando eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. (BRASIL, 2013, p. 13).

As instituições de ensino têm passado por adequação, a inclusão tem sido organizada dentro desses espaços, conforme o documento acima essas ações foram passadas para as IFES se organizarem de 2005 a 2011, a partir do ano de 2016 quando a demanda de entrada de acadêmicos com deficiência aumentou na Unir *Campus* de Ji-Paraná é que se atentou para a necessidade da criação de um atendimento especializado para acompanhar esses acadêmicos. Em 2019 chegaram ao número de 12 acadêmicos de diversas deficiências que necessitam de acessibilidade nesse *campus*. Os acadêmicos com deficiência adentraram esse ambiente e as ações precisam acontecer. A sala de atendimento especializado ainda não é contemplada no organograma da Unir, o *Campus* de Ji-Paraná tem se organizado através de uma Comissão Permanente de Acompanhamento aos Acadêmicos com Deficiência (CPAAD) para fazer os ajustes desse espaço. Pontuamos assim, que as instituições tiveram um prazo longo para se adaptar as novas diretrizes de inclusão, mas isso só está acontecendo agora, no caso da UNIR, devido a demanda que entrou na Universidade.

Em 2015 foi necessário mais uma legislação para que a sociedade e o poder público se ajustasse em cumprir os direitos das pessoas com deficiência, Lei de inclusão 13.143/2015, que diz sobre a “[...] oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência” (BRASIL, 2015,

p. 05). O aluno com deficiência deve ser assegurado um sistema educacional inclusivo que supra a suas necessidades:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 07).

O aluno surdo tem direito a uma educação bilíngue, a presença do intérprete nas aulas ministradas, provas e atividades adaptadas à sua necessidade individual. Assim é importante que não só a pessoa com deficiência tenha conhecimento dessa lei, mas, toda a população, incluindo principalmente a equipe gestora dos órgãos públicos, para que se orientem em como atender a demanda com a acessibilidade que cada deficiência requer garantidos pela legislação.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O FRACASSO ESCOLAR

Vygotsky (1997a *apud* BARROCO; MARQUES; SILVA., 2013), em seus estudos sobre a surdez num contexto da Guerra Fria, em que o desenvolvimento tecnológico se declarava mais importante do que a educação, iniciou estudos referentes a surdez proporcionando o aumento do acervo bibliográfico atual referente a surdez. O pesquisador supracitado expôs que era de grande utilidade o uso da linguagem de sinais e a oralização dos surdos, que ele denominava como uma *linguagem viva* (VYGOTSKY, 1997a *apud* BARROCO; MARQUES; SILVA., 2013). O desenvolvimento da linguagem faz com que a mente do indivíduo desenvolva funções psicológicas avançadas, aprendendo a se inserir na sociedade e compreender o mundo ao seu redor (BARROCO; MARQUES; SILVA, 2013). A linguagem desenvolvida é fator dominante para o aluno surdo adquirir o conteúdo escolar e compreendê-los, para diminuir o “fracasso escolar”. Normalmente o contexto que o surdo enfrenta é de uma turma cheia de alunos ouvintes que não sabem LIBRAS e somente ele como surdo, no geral na companhia do intérprete quando é disponibilizado pela prefeitura, estado ou a União para as escolas e universidades, não havendo uma inclusão linguística no meio escolar em que está envolvido, nem por parte dos alunos nem pelos professores.

Facilmente o surdo se sente isolado, não consegue expressar suas dúvidas aos professores e colegas de sala, sendo assim cada vez menos há entendimento do conteúdo proposto, gerando reprovações, desistências, traumas, entre outras séries de consequências. Segundo Weiss (1997), muitos alunos são encaminhados para um diagnóstico psicopedagógico, por problemas referentes aprendizagem, com o decorrer dos atendimentos é analisado que em muitos casos não existe problema patológico de aprendizagem, e sim uma interferência do meio em que se está inserido tanto na escola quanto na família, em muitos casos o fracasso escolar está ligado diretamente às barreiras de comunicação, que se estende até a vida adulta do surdo.

Ao contrário do que se pode pensar, a turma de surdos reúne condições favoráveis ao processo de ensino-aprendizagem de falantes de Libras e favorecido o seu processo educacional ao se apresentar o espaço como inclusivo, aquele que respeita a especificidade linguística e cultural, ao mesmo tempo em que congrega a diferença e a diversidade. Todos os alunos têm a possibilidade de interagir na língua de sinais entre si e, inclusive, com professores e demais membros da comunidade escolar (ALMEIDA, 2015, p. 130).

A educação inclusiva se insere nesse contexto como facilitador para diminuição de barreiras de comunicação, a inclusão vai além da estrutura, é principalmente relacionada as relações interpessoais, do aluno surdo se sentir acolhido, de ver e sentir que todos estão lutando juntos para sua inserção linguística, que mesmo os alunos, professores e funcionários não sabendo LIBRAS tem se esforçado para aprender, e assim vão alterando a estrutura para recebê-los, bem como estratégias que devem ser utilizadas na ministração dos conteúdos pelos professores.

2.4 FORMAÇÃO DOCENTE

A relação que se estabelece entre aluno e professor está diretamente relacionada a formação docente, conforme as políticas públicas de inclusão, os alunos com deficiências tem direito a assistência pela sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deve ser realiza por profissionais especializados da educação para o aluno com deficiência, no caso do surdo o mais evidente são os intérpretes, o professor bilíngue, com atendimento de português como segunda língua e de professor surdo para acompanhar o desenvolvimento do aluno surdo e dar referência surda de cultura e identidade surda. Vale ressaltar que essas equipes de profissionais são necessárias em qualquer instituição de ensino inclusive as universidades, previsto na lei 10.436/2002.

As universidades vivem um momento delicado, pois a formação de seu conjunto de profissionais em sua quase totalidade está obsoleta ou insuficiente para receber alunos surdos ou com qualquer outra deficiência, são poucos os profissionais que apresentam a formação e que se dispõe a atender a demanda. Em uma sala de aula normalmente a turma e os professores não sabem como agir em uma situação de ingresso de um estudante surdo, principalmente por não terem conhecimento da LIBRAS, ou por nunca terem tido um contato com esse público, e na maioria das vezes não poder contar com o profissional intérprete de Libras.

Com os estudos realizados até o momento, é possível observar que será necessário o professor se dispor a atualizar seus conhecimentos juntamente com os alunos, para promover uma inclusão real. É preciso reconhecer que:

[...] todos os estudantes são diferentes e suas necessidades educacionais poderão requerer apoio e recursos diferenciados. A avaliação da aprendizagem, por sua vez, deverá ser coerente com os objetivos, as atividades e os recursos selecionados. Se o processo de aprendizagem for redimensionado, o procedimento de avaliação também deverá ser. (ALONSO, D., 2013, p. 5).

O professor precisa estar buscando a formação continuada, para oferecer ao seu aluno um aprendizado de qualidade, que supra suas limitações. Pode-se mencionar por exemplo o Congresso realizado pelo Instituto Nacional do Surdo na região Norte, no Estado de Rondônia, Município de Ji-Paraná, no Ano de 2018, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que proporcionou uma formação para alunos, professores, técnicos da área e a comunidade, abrangendo toda a região norte. Contudo a consciência de se aprofundar no assunto deve partir de cada profissional, não como uma imposição mas com a consciência de necessidade de capacitação.

Além da formação continuada faz-se necessário um planejamento minucioso para que se possa mapear as verdadeiras necessidades que o aluno apresenta, para adaptar o currículo, vale ressaltar que a responsabilidade não pode recair apenas sobre o professor, mas sim compartilhada com a equipe gestora e os alunos que convivem com os alunos surdos, podendo ser realizadas reuniões que exponham situações a serem melhoradas, e medidas a serem aplicadas. Pode-se mencionar novamente a UNIR campus de Ji-Paraná que foi criada a comissão Permanente de Acompanhamento aos Acadêmicos com Deficiência (CPAAD) com, instituída pela Portaria nº 013/2018 DCJP/UNIR de 22 março 2018, para discutir assuntos referentes aos alunos com deficiência, entre as ações que foram desenvolvidas por essa comissão estão: Levantamento da demanda de acadêmicos com deficiência e quais as necessidades de cada um e encaminhamento para os órgãos competentes; Orientações aos professores sobre as especificidades de cada deficiência que favoreçam o atendimento aos acadêmicos com deficiência, para que disponibilize a todos os docentes que ministram aulas aos estudantes com deficiência; Solicitar a lotação de um servidor para a função de gestor das ações de inclusão da Instituição; Solicitação de servidores Tils – Tradutor Intérprete de Libras e servidores guia/ledor de Braille, apoio psicopedagógico (psicólogo e assistente social); Construção de um atendimento educacional especializado (AEE) e servidores aptos para atuação no atendimento; solicitação de materiais acessíveis aos acadêmicos cegos e de baixa visão como computadores adaptados para uso dos acadêmicos cegos e de baixa visão, impressora braille; máquina de escrever em braille; Placas de sinalização/identificação das salas e dos espaços em braille, em letras ampliadas e em LIBRAS; Curso de Libras para os servidores; bem como encontros e reuniões pedagógicas encontros para a capacitação dos docentes do Campus. É preciso pontuar que as formações continuadas, certificados, cursos entre outros, não são suficientes para oferecer um ensino de qualidade,

[...]Ser um professor inclusivo vai muito além de cursos e certificados. Necessita uma mudança na forma de ver o aluno diferente, nas práticas pedagógicas que excluem e no engajamento em formações continuadas. Para ser inclusão tem que haver aprendizagem e para potencializar a aprendizagem é importante o envolvimento do docente. (RODRIGUES; SOUZA, 2015, p. 02).

Para um resultado real de aprendizagem a equipe deve adquirir conhecimentos voltados para a educação inclusiva, não para classificar o seu aluno, mas sim para inserí-lo e compreendê-lo como único, possuindo um tempo exclusivo para aprender.

2.5 PRODUTOS: CURTA METRAGEM

A descrição do produto realizado pelos alunos da Unir, curso de Pedagogia, será por meio de depoimentos de alguns integrantes do grupo, que no presente caso são as autoras. Um grupo de universitários que cursavam o primeiro período de pedagogia no segundo semestre de 2018, desenvolveram um filme curta metragem como atividade para a complementação da nota final para a disciplina de LIBRAS. Os alunos da sala foram organizados em grupos, cada um deles escolheu um tema, um dos temas foi sobre a importância da LIBRAS na sala de aula.

No grupo um dos integrantes sugeriu a ideia de um teatro em LIBRAS, todos aceitaram, mas ao refletir sobre a temática verificou-se que não seria viável, foi sugerido um filme curta metragem, no início o grupo aceitou, mas estavam apreensivos de como fazê-lo, foi então que decidiram em fazer uma inclusão invertida, uma sala de surdos com apenas uma aluna ouvinte.

Os alunos surdos que participaram do grupo ajudaram a desenvolver o roteiro, figurino, local e tudo mais que necessitavam, sendo eles o foco do filme. Todos se empenharam para a gravação, a intérprete acompanhou o trabalho lado a lado para não haver falha na comunicação, todo o contexto foi pensado no surdo, para ser o mais real possível.

O roteiro consistia em uma classe de surdos com um professor surdo e uma nova aluna que era ouvinte, a criança ouvinte se sentiu totalmente excluída por não conseguir se comunicar com os alunos, o professor ficava irritado, todos se inseriram em uma situação desconfortável. No auge do conflito todos se desarmam do preconceito e juntos começam a construir uma relação bilíngue, todos os colegas e o professor ajudam a nova aluna para que ela aprenda LIBRAS e passe a se comunicar com os colegas surdos.

Nós levamos quatro horas gravando esse filme, para oito minutos de filmagem, foi desgastante, ao final estávamos exaustos, mas foi enriquecedor. A experiência e aprendizagem foi significativa, pois foi refletido com os alunos surdos se eram assim que eles se sentiam na infância e eles confirmaram que sim.

A produção desse filme curta-metragem fez com que o grupo refletisse e desenvolvesse a empatia, que é se colocasse no lugar do outro, pensar em como ele se sente, como podemos ajudar a ultrapassar as barreiras de comunicação entre outras reflexões levantadas a respeito. O vídeo foi apresentado para os acadêmicos, sendo todo em LIBRAS, os integrantes decidiram não colocar legenda, como a turma não tinha domínio da LIBRAS, essa decisão foi tomada para que todos sentissem o que o surdo sente no meio de uma sociedade ouvinte.

A partir do início da edição do vídeo surgiu a ideia de deixar a nossa marca, tanto que foi desenvolvida uma logomarca para o grupo, que usualmente é utilizado para reforçar que a inclusão não é algo passageiro, mas algo que deve fazer parte de todos que vivem em sociedade.

Foi um laboratório para conhecer a LIBRAS, conhecer como o outro se sente, isso foi o mais importante, ter a capacidade de se colocar no lugar do outro, que acreditamos ser um ato de amor e de coragem.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do embasamento teórico e a descrição do produto, é possível estabelecer a relação da realidade e a teoria que diz respeito a inclusão. É importante desenvolver uma análise geral de tudo o que foi abordado, instaurando alguns pontos de vista baseados nos argumentos apresentados no decorrer da presente pesquisa.

O primeiro ponto a ser discorrido é que a inclusão pode sim ser real e colocada em prática, contudo não depende somente do professor, do aluno, do governo ou da instituição de ensino, mas, sim de toda a sociedade, é preciso de uma ação coletiva e sincronizada, para que todos possam ser incluídos e possam contribuir para o aprimoramento do cotidiano de todos que estão introduzidos no meio, em que a presente situação se encontra.

Já o segundo ponto se refere a relação da empatia, no sentido de se colocar e o pensar no outro, buscar novas formas de integrar e comunicar. É importante que essas ações partam do aluno ouvinte, do professor ouvinte e outros cidadãos que convivem com surdos, no sentido de buscar novas formações, novos cursos, perguntar ao aluno com surdez de que forma pode-se melhorar a comunicação, a convivência. É necessário aplicar a empatia em relação ao outro.

Os direitos vinculados aos surdos e o uso da LIBRAS compõe o terceiro ponto, é preciso instruí-los a respeito de seus direitos previstos em lei, para que eles possam exigir intérpretes, estrutura com acessibilidade entre outros recursos. A LIBRAS deve estar imbuída de um processo de fortalecimento, o surdo deve ser incentivado a adquirir a sua língua, que foi desenvolvida por eles, assim é necessário incentivá-los a se apropriarem da identidade surda, que faz parte da vida deles.

A inclusão começa em casa, porém essa não pode ser o motivo de acomodação da escola ou instituições, no caso a IES, quando o surdo não é fluente em LIBRAS, quando os pais ainda estão passando pelo processo de “luto”, segundo Eler (2017, p. 20): “ Durante a gestação, os pais criam uma imagem do filho com todas as expectativas de um ser humano completo e quando o filho não nasce com todos os requisitos ditos ‘normais’ que eles idealizaram é gerado um ‘luto’ por aquele filho do imaginário.” Entre outras situações que compõe o processo de inclusão. A inclusão não é utópica ela é real, é um processo de encontrar o equilíbrio, de buscar compreender como é esse

universo do surdo que se parece tão infinito. A sociedade faz parte da inclusão, cada cidadão tem responsabilidade de incluir, seja em um consultório médico, seja em um restaurante ou qualquer outro ambiente, não se pode transferir a responsabilidade que é de ter respeito a qualquer pessoa.

Com uma pequena ideia entre universitários, foi surgindo um grupo que está junto com os surdos para o auxiliar, pois foi compreendido o papel na inclusão que cada um tem, dando origem a materiais inclusivos e uma convivência harmoniosa, onde realmente há uma comunicação de qualidade.

Em suma, os embates teóricos travados sobre concepções e conceitos de educação especial e/ou inclusiva precisam ser superados em prol da construção de uma educação de qualidade acessível a todos. Visões reducionistas que veem a turma de surdos limitada à antiga noção de educação especial, colocando-a na contramão do atual movimento de inclusão e desconsiderando a realidade dos sujeitos surdos em nome da mera imposição de crenças e concepções, estão cada vez mais ultrapassadas e devem ser substituídas. Portanto, as políticas precisam tratar os alunos ouvintes como ouvintes, os surdos como surdos e os com deficiência auditiva como alunos com deficiência auditiva, considerando as especificidades do indivíduo e visando ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades (ALMEIDA, 2015, p. 130).

Ser inclusivo não se limita a discursos bem elaborados e eloquentes, mas em pensar em um slide que contenha foto, um vídeo que possua legenda, pensar na interpretação, pensar em estratégias específicas para cada deficiência de modo a contemplar a aprendizagem do aluno com deficiência, estratégias que vão desde planejar projetos, aulas, atividades que o ajudem na compreensão, em lembrar de desenvolver uma atividade visual para o aluno surdo. Quando a inclusão é entendida, ela deixa de se tornar um fardo para as pessoas, é liberado espaço para o amor, empatia e amizade, essa pode ser considerado um tipo de inclusão de fato.

REFERÊNCIAS

ALONSO, D. Educação Inclusiva: Desafios da Formação e da Atuação em Sala de Aula. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula>> Acesso em 14 abr. 2019

ALMEIDA, W. G. **Educação de Surdos**: formação, estratégias e prática docente. 1. Ed. Bahia: UESC, 2015. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 11 de mar. de 2019.

BARROCO, S. M.; MARQUES, H. de C. R.; SILVA, T. dos S. A. da. O Ensino Da Língua Brasileira De Sinais Na Educação Infantil Para Crianças Ouvintes E Surdas: Considerações Com Base Na

Psicologia Histórico-Cultural. **Rev. Bras.** Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 4, p. 503-518, Out.-Dez., 2013.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n4/v19n4a03.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BRASIL. Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade Na Educação Superior Secadi/Sesu–2013.

BRASIL. Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Lei Direito**, [s.l., [200-]. Disponível em: <<http://www.leidireito.com.br/lei-10436.html>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. DOU, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004_2006/2005/_decreto/_d5626.htm. Acesso em: 17/11/2018.

ELER, R. R. de Souza. **Mapeamento de sinais da educação escolar indígena dos surdos Paiter Suruí**. Dissertação do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Rondônia - Porto Velho/RO: 2017.

RODRIGUES, M. G. A.; SOUZA, A. L. A. dos S. **Educação Inclusiva E Formação Docente Continuada**. In: V Seminário Internacional sobre Profissionalizante Docente, 26 a 29 de out. de 2015. Paraná.

WEISS, M. L. L, **Psicopedagogia Clínica: Uma Visão Diagnóstica dos Problemas de Aprendizagem Escolar**. 5 Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 1997.